

Elite deseja que a Carta seja sucinta

por Getúlio Bittencourt
de São Paulo

O presidente José Sarney espera que a Assembleia Nacional Constituinte redesenhe o sistema partidário brasileiro. O presidente interino do PMDB, Pedro Simon, acredita que a votação de cada um de seus artigos terá tanto sucesso de público quanto a lei do divórcio. O presidente da comissão de notáveis que elabora um anteprojeto de Constituição a pedido de Sarney, Afonso Arinos de Mello Franco, tem outra expectativa.

Desde 1983, quando voltou da Conferência de Washington sobre a Elaboração das constituições, mestre Afonso Arinos alimenta uma convicção: "Todas as constituições que libertaram povos do autoritarismo foram conseguidas mediante o acordo, o consenso, o compromisso das correntes políticas". Nessa conferência, patrocinada pelo Instituto Norte-Americano de Pesquisas Políticas, procurou-se reunir personalidades que participaram da elaboração das constituições de seus países, pois mais da metade das cartas magnas vigentes foi escrita depois de 1970.

Antes de presidir a comissão de notáveis imaginada por Tancredo Neves para elaborar uma contribuição do Poder Executivo à Constituinte, Afonso Arinos engajou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) numa pesquisa sobre as aspirações nacionais de uma nova Constituição. Realizada entre maio de 1980 e junho de 1984, concluída no ano passado, a pesquisa inspirou-se em iniciativa semelhante do governo da Suíça, concluída em 1973.

Os suíços ouviram seus cantões e suas universidades; os pesquisadores da FGV entregaram seus questionários a prefeitos, sindicalistas, professores universitários e empresários. O resultado serviu de



Afonso Arinos de Mello Franco

roteiro para a comissão de notáveis.

Algumas conclusões da pesquisa são animadoras: 75,3% dessa elite brasileira (cerca de duzentas pessoas) é a favor de um texto constitucional de "conteúdo mínimo", contrariando a tradição das cartas magnas no País, porque entendem que os textos curtos, genéricos, são mais estáveis.

A maioria dos entrevistados (70,7%) entende que o capítulo sobre a organização do Estado, direitos e garantias, que é tradicional nas constituições do País, deve permanecer como está. Uma maioria bem

(Continua na página 7)

ANC 88
Pasta Jan/Maio 86
130

Elite deseja que a Carta seja sucinta

por Getúlio Bittencourt
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

menos expressiva (40,2%) não quer alterar a disposição dos títulos constitucionais referentes à Ordem Econômica e Social, Família, Educação e Cultura (sem entrar no mérito do que dispõem os artigos).

O primeiro item em que os entrevistados se mostram favoráveis a uma alteração é significativo (57,3%), e aprova a idéia de agrupar num mesmo capítulo as normas gerais sobre as Forças Armadas, os funcionários públicos e o Ministério Público. A principal justificativa para essa proposta de mudança é a de tornar menor o texto da Carta.

A estabilidade do regime democrático não dependerá do texto que os constituintes vão fixar a partir de 1986, segundo 62,4% dos entrevistados. Os principais fatores de estabilidade são outros: a homogeneidade do desenvolvimento econômico (segundo 12,8%), o respeito à Constituição (10,3%) e a justiça social (9,1%).

Os princípios fundamentais do Estado e do governo, que a elite consultada gostaria de ver refletidos na próxima Constituição, começam pela proteção dos direitos humanos (90% das indicações), seguindo-se a igualdade perante a lei (88,6%), a promoção do bem social (88,1%), liberdade e justiça (86,7%), supremacia da lei (82,4%), o regime representativo (81%), pluralismo partidário (80,5%), a forma federativa do Estado (78,6%) e a ação política dos sindicatos (37,8%).

O presidencialismo, hoje fortalecido com a imagem do presidente Sarney, é a forma favorita de governo dos entrevistados (63,3%), ante menos de um quarto (22,4%) que defende o parlamentarismo. A maioria (38,6%) deseja eleições presidenciais diretas com mandato de quatro anos.

A íntegra da pesquisa, com suas 56 perguntas, foi publicada pela Fundação e pelo Senado Federal numa edição especial de 456 páginas da Revista de Ciência Política, volume 28. O Instituto Gallup realiza atualmente uma pesquisa nacional sobre Constituinte.